



O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E OS ENUNCIADOS DOCENTES

Rosana Chiste

rosana.psi@hotmail.com

FURB – Universidade Regional de Blumenau

História e Filosofia da Educação:

Resumo: A presente pesquisa aborda resultados parciais de um levantamento feito entre professores da educação básica acerca de suas percepções sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, Lei n. 8.069 de 13 de julho de 1990). O objetivo é compreender os *a priori* históricos presentes nos enunciados com que abordam o ECA. A análise será feita por meio de dois métodos: Arqueológico e Genealógico de Michel Foucault. A pesquisa é caracterizada como estudo de natureza qualitativa. A técnica para geração de dados é a roteiro de entrevistas semiestruturadas, gravadas e transcritas. Pela análise evidenciam-se os posicionamentos dos educadores frente à realidade gerada com a promulgação do ECA. Esses dados permitem também compreender, tanto os processos de implantação do ECA nas escolas, quanto os próprios processos escolares frente à nova concepção de criança e infância que motivou a construção do ECA. Os grupos de docentes entrevistados atuam nos anos iniciais e anos finais do ensino fundamental, com um total de 4 (quatro) escolas.

Palavras-chaves: Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Concepção de Criança. Discurso de Docentes. Adolescentes. Educação Básica.

1. Introdução

O objetivo deste artigo é apresentar uma pesquisa com dados parciais sobre os modos como docentes da educação básica concebem a presença do Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), Lei n.8.069, de 13 de julho de 1990, nas escolas. Isso implica também questionar acerca do modo como eles pensam as crianças e adolescentes em sua trajetória/história escolar. Como afirma Kohan, (2005): “ nossa história está inacabada. A experiência está aberta. Nessa medida somos seres de linguagem, de história, de experiência. E de infância”. (KOHAN, 2005, p. 247)



O ECA foi pensado e implantado como um instrumento para proteger as crianças e adolescentes brasileiros das muitas formas de violência, por uma série de regras e leis estabelecidas no país, com participação ativa de toda a sociedade, e garantir o desenvolvimento integral desse grupo. A análise dos dados é realizada utilizando-se os dois métodos de Michel Foucault, Arqueológico e Genealógico. Com o método arqueológico busca-se descrever e “[...] analisar os próprios discursos enquanto práticas que obedecem a regras”, (FOUCAULT, 2014, p.169), e a Genealogia, se configura em analisar os procedimentos da dinâmica, das relações de poder, e averiguar o efeito dessas relações de saber/poder, ou incluindo-o em um discurso político”. Segundo Foucault, (1979). Quando se pensa em escola, pensa-se num espaço para aprender a ler e a escrever. Há pouco tempo o espaço escolar passou a preocupar-se também com a integridade física e emocional dos alunos relativo a seus direitos. Baseado nisso, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) tem, na sua constituição, medidas que amparam esses direitos. Desenvolve-se a problematização dos enunciados docentes sobre o ECA e identificando os *a priori* histórico dos enunciados dos docentes sobre o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA).

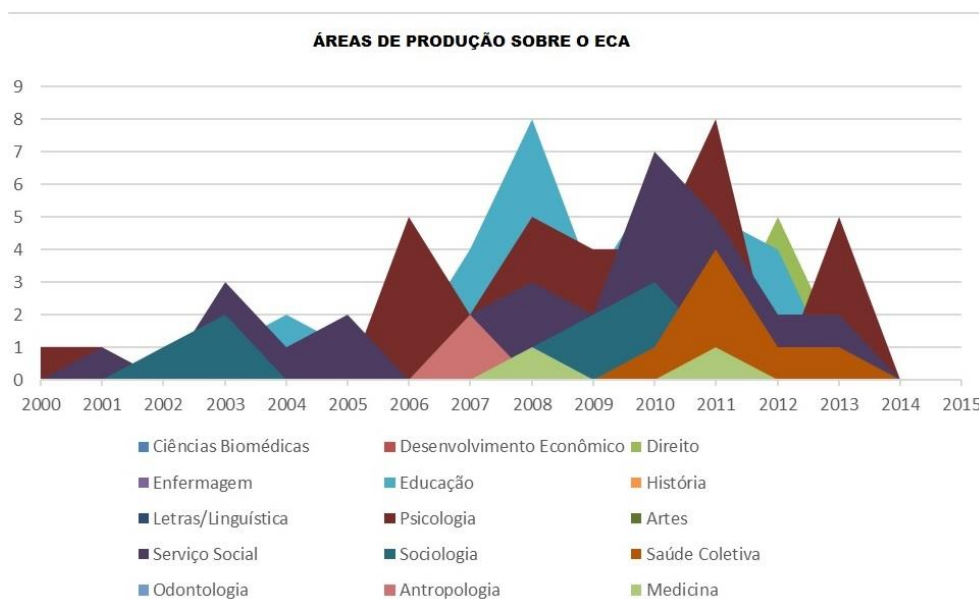
Em Foucault (2014) a expressão *a priori* histórico refere-se às condições de possibilidades para o enunciado. Para Foucault, o enunciado é a menor unidade do discurso. Discurso é o conjunto de tudo o que se diz em uma determinada sociedade. Ele constrói a realidade do objeto a que se refere. Desata-se das categorias tradicionais que a história dos conceitos apresenta e o que foi dito (autor, livro, obra). Permanece um domínio de crítica composto por todos os enunciados ditos e escritos, em sua disseminação de fatos discursivos, em sua singularidade. Segundo Foucault, (2014) os *a priori* histórico permitem estudar a positividade de um discurso, ou seja, a definição de um espaço limitado de entendimento, como a história das ciências, que se organizam quanto teorias. A história natural, a economia política, a medicina clínica e outras, não são um processo histórico que estuda os desvios, os espaços, as falhas para chegar a uma síntese de uma nova teoria ou disciplina. Estas podem servir como ponto de partida para a análise dos discursos, mas jamais como limites. Nisso, forma-se um campo conceitual, que abarcam um



conjunto de critérios (ético, políticos, afetivos) que atravessam o discurso dos docentes. Como foi possível pensar de maneira atual. Como o discurso dos docentes no contexto escolar permeia sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Para a realização de um levantamento acerca de pesquisas já realizadas sobre o presente tema foi pesquisado à base de dados (online) CAPES Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, junto a sínteses de 43 teses e 122 dissertações, nomeamos o período do ano de 2000 até o momento. (Figura 1)

Figura 1. Demonstrativo das Produções por área e ano das pesquisas Teses e Dissertações



Fonte: Base de dados do CAPES 2000 a 2015

2. Metodologia

O campo educacional, segundo Severino,(2011) engloba principalmente a propriedade dos paradigmas epistemológicos implicados no processo de edificação do saber científico. Permite-se acolher esses dizeres, saberes, camadas discursivas.



Segundo Foucault (2014), há dezenas de anos introjetamos e vivenciamos fenômenos políticos, institucionais e suas peripécias, que se fundaram numa estabilização constante e difíceis de serem rompidos. São processos que parecem irreversíveis, regulações constantes, fenômenos que se perpetuam há séculos.

Esses fenômenos são amontoamentos e emaranhados das narrativas tradicionais que recobrem uma camada de acontecimentos. Com isso os historiadores dispõem de instrumentos, que medem e analisam o crescimento econômico, quantidade dos fluxos e trocas, desenvolvimento demográfico, identificação das mudanças sociológicas, etc. Estes instrumentos permitiram-lhes, diferenciar no campo da história, como diz Foucault:

Camadas sedimentares diversas: as sucessões lineares que até então tinha sido objeto de pesquisa, foram substituídas por um jogo de interrupções em profundidade. Da mobilidade política às lentidões próprias da “civilização material”, os níveis de análises se multiplicaram: cada um tem suas rupturas específicas cada um permite um corte que só ele pertence; e, à medida que se desce para bases mais profundas, as escansões se tornam cada vez maiores. (FOUCAULT, 2014, p. 3).

Para isso, a análise arqueológica propõe não mais as regressões sem fim em direções aos primeiros antecessores, mas o reconhecimento de uma racionalidade e de suas implicações.

Outro método utilizado é a Genealogia, que de acordo com Foucault (2014) pode ser compreendido como análise dos porquês dos saberes, a fim de explicar sua construção e suas variações.

O Estatuto da Criança e do Adolescente como afirma Scheivar, (2015) é uma medida que vem propondo no contexto Estado de Direito como referência libertária, no sentido de combater os abusos aos menores. Tornar crianças e adolescentes sujeitos de direitos, como dita essa lei, foi um acontecimento ao mesmo tempo em que retirou do domínio da justiça o exercício de proteção social.



A pesquisa é feita nos contextos escolares. Foram pesquisadas até o momento 4 (quatro) escolas. Conforme Scheivar, Lemos, (2012), os direitos constituídos pelo ECA, quebram paradigmas tradicionais ao desindividualizar os problemas sociais e colocar a responsabilidade de forma pública. Há um conjunto de responsáveis pelas crianças e adolescentes: a família, a comunidade e o poder público.

Foi utilizado roteiro de questões semiestruturadas com a utilização de gravação, que são transcritas. Para Triviños (1987) o roteiro de entrevista semiestruturada favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade “[...] além de manter a presença consciente e atuante do pesquisador no processo de coleta de informações”. (TRIVIÑOS, 1987, p. 152).

A pesquisa sobre os enunciados docentes, a respeito do ECA, está sendo feita em 6 (seis) escolas, 3 (três) escolas Municipais e 3 (três) Estaduais com o total de 18 (dezoito) docentes entrevistados, em cada escola 3 (três) docentes, 1 (um) das Séries Iniciais, 1 (um) Séries Finais e 1(um) de Educação Física. Serão expostos dados parciais da pesquisa de 4 (quatro) escolas. Para a análise dos resultados das entrevistas dos docentes e seus enunciados sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), aplicam-se os estudos Foucaultianos com os métodos Arqueológico e Genealógico, que segundo Severino (2011), “A Arqueogenealogia uma tendência subjetivista em que está muito presente na atualidade, vinda de duas perspectivas da epistemologia moderna: a arqueologia e a genealogia”.

3. Discussão e análise dos dados

Conforme mencionado, discutem-se, nesse tópico, dados parciais da pesquisa, feitas até o momento em 4 (quatro) escolas, das quais, 3 (três) são Municipais e 1 (uma) Estadual. No total de 11 (onze) docentes, 4 (quatro) são dos anos iniciais, 4 (quatro) anos finais e 3 (três) docentes de Educação Física. As entrevistas foram entregues para os docentes que foram lidas e



27 de agosto de 2015, Blumenau - SC

respondidas, gravadas e transcritas. Segue a entrevista com roteiro de questões semiestruturadas sendo usado P para pesquisador e um número para cada docente entrevistado.

P - O que pensa dos direitos das crianças?

D 1 – [...] Eu acho que os direitos devem ser cumpridos. [...] Como valores de educação temos a responsabilidade de sermos solidários, cooperadores e contribuir, auxiliar para que a criança tenha todo o estímulo e saiba o valor de expressões como: “por favor”, “muito obrigado”, “de nada”, “com licença” ... Criança bem estruturada consegue desenvolver suas potencialidades.

Segundo Foucault, (1979), a genealogia não é permeada pelo empirismo nem positivismo. Mas trata-se de acionar o agrupamento do conhecimento com as memórias locais (saber regional, particular, local), que viabiliza constituir um saber histórico. Saberes não legitimados, contra o interesse teórico que pretende purificá-los, hierarquizá-los, colocá-los em uma ordem, em nome dos direitos de uma ciência apreendida por poucos. Pouco importa se o discurso científico seja numa universidade ou um discurso político. A genealogia “é contra os efeitos de poder centralizadores que estão ligados à instituição e ao funcionamento de um discurso científico organizado no interior de uma sociedade como a nossa”. (FOUCAULT, 1979, p. 171).

P- O que é uma criança na sua visão?

D 5 - Uma criança é um ser que está aprendendo, está junto com os pais, professores, tendo noções de mundo, para a sua formação integral.

Para Foucault citado por Veiga-Neto (2005), O saber, estabelece-se e sustenta-se nas matérias, conteúdos que lhe são exteriores: luz e linguagem, olhar e fala. Por isso, o saber é apreensível, domesticável.

P - O que pensa sobre o Estatuto da criança e adolescente (ECA)?

D 2 – [...] deve-se pensar não somente nos direitos, mas também nas obrigações das crianças e dos adolescentes. A aplicação do ECA depende de orçamento financeiro para dar condições



às instituições que abrigam os infratores. Eles precisam sair de lá melhores e aptos para a sociedade. Como está sendo feito eu acho que não está correto.

De acordo com Foucault, citado por Scheinvar (2015) há um conjunto de regras anônimas, históricas, que definiram uma época dada, para algumas condições de exercício da função enunciativa. Assim, os profissionais da área da Educação sentem-se desestimulados por afirmarem que o ECA tem sido desviada da sua proposta original. Scheinvar (2015) afirma que o exercício do Estado de Direito pode ser questionada pelas formas que age na aplicação da lei. A Lei como um ideal fixo universal, fixa legalidades. Pois não é uma lei natural, “mas um discurso”. Foucault, (1983) descreve esses conjuntos de regras como uma ordem estabelecida seguindo correlações, posições, regularidades, para ter certo domínio.

P- O que conhece sobre o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA)?

D 4 – [...] No ano passado nós tivemos a oportunidade de participar de uma palestra direcionada pelos Conselhos Tutelares e expuseram a precariedade da instituição. Penso que a escola deve fazer a sua parte e a do Conselho Tutelar também, mas com melhores estruturas físicas e de formação. Tanto a criança como o adolescente precisam de acompanhamento. É importante a participação do judiciário. [...] Não se deve observar somente os direitos, mas também as punições e o cumprimento das regras. Faltam regras.

Segundo Scheinvar, (2015) no contexto do Estado de direito as concepções discursivas apoiam-se na representação da lei através do Conselho Tutelar, adaptando-se por esses critérios a sua intervenção. Portanto, “Que produções subjetivas são referidas a partir de um ideal universal? Como lidar, em nome da proteção ou direito, com uma subjetividade pautada na lógica judiciária, que opera por meio do julgamento e da punição”? (SCHEINVAR, 2015, p. 107).

P- O que pensa do ECA?

D 6 – Eu vejo o comportamento das crianças cada vez pior. Hoje, está mais difícil educar uma criança, um adolescente. Poucos têm a noção do que é certo e do que é errado. Faltam limites. Na nossa época éramos consertados pelos pais. Seja pelo medo ou pela punição, dificilmente, repetiam-se os erros. Tínhamos direitos, mas os deveres eram maiores. Meu pai



sempre dizia: Primeiro o dever e depois o prazer.” E funcionava.

Segundo Foucault (1995) A Pedagogia será reforçada com a entrada da Psicologia cada vez mais intensa na educação. Nasce o saber psicológico da criança/indisciplinada (diagnosticar, nomear, medicalizar etc.). Assim, o discurso que forma e disciplina as crianças, estabelece as práticas da pedagogia a partir da infância e da criança, normatizando-as e se tornando práticas coercivas.

Segundo Veiga-Neto, (2005) ao invés de ver a linguagem como um meio que liga o pensamento à coisa dita, Foucault assume a linguagem como parte do nosso pensamento e, conseqüentemente, do sentido que é dado às coisas, à própria experiência, ao mundo.

4. Considerações finais

Nos enunciados dos docentes sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, vê-se uma fala que mantém camadas de saberes e poderes, constituídos, não só de seus estudos pedagógicos, mas emaranhados de discursos que afloram numa prática pautada numa circularidade vinculada a ciências, a casuísticas, a leis, regulamentações, etc. Assim, há uma crença “na busca de uma prática certa, em um mundo operado pela lei, da norma”. (SCHEINVAR, 2015 p.110). Segundo Foucault (2014), essa forma de limitação de comunicação define um campo em que pode ser desenvolvidas identidades formais, continuidades temáticas, mudança de conceitos. “Assim, a positividade desempenha o papel do que se poderia chamar de um *a priori* histórico.” (FOUCAULT, 2014, p. 155).

Assim com o ECA:

Desnaturalizar por meio de um procedimento arqueológico, historicizar as enunciações e entender os campos de possibilidades atravessados por saberes, por relações de poder ancoradas em subjetividades circulantes, é uma forma de desestabilizar os códigos



que enquadram o ser criança, o ser adolescente, o direito, entre tantas enunciações do ECA. (SCHEINVAR, 2015, p. 106).

A partir da visão parcial da coleta de dados, pode-se afirmar, segundo (FOUCAULT, 2014), que o *a priori* das positivities não é somente o sistema de uma dispersão temporal, mas um conjunto que se modifica.

Assim, Scheinvar, (2015) descreve que as leis têm uma essência e as práticas nelas pautadas têm que estar de acordo com tais leis. As diversas leituras não terão espaço e as práticas não-discursivas colocam em situação cuidadosa essa ideia, apresentando uma gama sem previsão de ações que por fim, resta senão entendê-las como erro. Sair da padronização é ver a lei como expressão de possibilidades, a uma ordem normalizada, fixa e sem questionamentos.

Portanto, a coleta de dados aponta que a maioria dos docentes entrevistados, mede o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) com a visão restrita. Sente-se impotente e frustrada diante de uma Lei desviada pelos que a exercem. Através das leis espera que atitudes sérias sejam tomadas em relação aos direitos e deveres das crianças e adolescentes.



REFERÊNCIAS

- FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. 7 ed. – São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. – 8 ed. – Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2014.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 40 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. RJ: Edições Graal, 1979.
- GIL, Antônio Carlos, 1946. **Como elaborar projetos de pesquisa** – 4 ed. – São Paulo: Atlas, 2002.
- KOHAN, Walter Omar. **Infância, Entre educação e filosofia**. – 1 ed., 1. reimp. – Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- SILVA, Neide de Melo Aguiar. RAUSCH, Rita Buzzi (orgs.). **Pesquisa em educação: pressupostos epistemológicos e dinâmicas de investigação**. – Blumenau: Edifurb, 2011.
- SCHEINVAR, Estela. LEMOS, Flávia Cristina Silveira. **Os Direitos da Criança e do Adolescente: O Caminho da Judicialização. Universidade e Sociedade**. Brasília, 2012.
- SCHEINVAR, Estela. **“A aplicação do ECA tem se desviado da sua proposta original”**: Estado de Direito e formação discursiva no campo da criança e do adolescente. In Michel Foucault: o governo da infância. Haroldo de Resende (Organizador). – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015. – (Coleção Estudos Foucaultianos).
- TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.
- VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault & a Educação**. – 2 ed. 1 reimp.- Belo Horizonte: Autêntica, 2005.